

SUMÁRIO

DIREITO CONSTITUCIONAL	21
1 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	22
1.1 Princípio da tripartição dos poderes	22
1.2 Princípio federativo	22
1.3 Princípio republicano	23
1.4 Presidencialismo	23
1.5 Regime democrático	23
1.6 Fundamentos da República Federativa do Brasil	24
1.7 Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	24
1.8 Princípios que regem as relações internacionais do Brasil	24
2 DIREITOS FUNDAMENTAIS – REGRAS GERAIS	26
2.1 Conceito	26
2.2 Classificação	26
2.3 Características	26
2.4 Dimensões dos direitos fundamentais	26
2.5 Titulares dos direitos fundamentais	27
2.6 Cláusulas pétreas fundamentais	27
2.7 Eficácia dos direitos fundamentais	27
2.8 Força normativa dos tratados internacionais	28
2.9 Tribunal Penal Internacional (TPI)	28
2.10 Direitos e garantias	28
3 DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS	29
3.1 Direito à vida	29
3.2 Direito à igualdade	29
3.3 Direito à liberdade	30
3.4 Direito à propriedade	32
3.5 Direito à segurança	33
3.6 Remédios constitucionais	38
4 DIREITOS SOCIAIS E NACIONALIDADE	41
4.1 Direitos sociais	41
4.2 Direitos de nacionalidade	43
5 DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS	46
5.1 Direitos políticos	46
5.2 Partidos políticos	48

Sumário

6 PODER EXECUTIVO.....	49
6.1 Princípios constitucionais	49
6.2 Presidencialismo	49
7 DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS.....	54
7.1 Sistema constitucional de crises	54
7.2 Forças Armadas	56
7.3 Órgãos de segurança pública.....	57
8 ORDEM SOCIAL	60
8.1 Seguridade social.....	60
8.2 Saúde.....	60
8.3 Previdência social	61
8.4 Educação, cultura e desporto	61
8.5 Ciência e tecnologia.....	63
8.6 Meio ambiente.....	64
8.7 Família, criança, adolescente, jovem e idoso.....	64
9 ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	67
9.1 Princípio federativo: entes federativos.....	67
9.2 Intervenção	74
10 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	77
10.1 Conceito	77
10.2 Princípios expressos da Administração Pública	77
10.3 Princípios implícitos da Administração Pública	78
10.4 Regras aplicáveis aos servidores públicos.....	79
10.5 Direitos sociais dos servidores públicos.....	81
10.6 Regras para servidores em exercício de mandato eletivo	82
10.7 Regras de remuneração dos servidores públicos	83
10.8 Regras de aposentadoria	84
10.9 Militares dos estados, Distrito Federal e territórios	85
11 PODER CONSTITUINTE	86
11.1 Historicidade	86
11.2 Exercício (ou formas de expressão do Poder Constituinte)	86
11.3 Espécies de Poder Constituinte	86
11.4 Poder Constituinte originário, inicial, inaugural, genuíno ou de 1º grau	86
11.5 Poder Constituinte derivado, instituído, constituído, secundário, de 2º grau ou remanescente.....	87
11.6 Constituição supranacional.....	89

DIREITO ADMINISTRATIVO.....	90
1 INTRODUÇÃO AO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	91
1.1 Ramos do Direito.....	91
1.2 Conceito de Direito Administrativo	91
1.3 Objeto do Direito Administrativo	91
1.4 Fontes do Direito Administrativo.....	91
1.5 Sistemas Administrativos.....	92
1.6 Regime jurídico administrativo.....	92
1.7 Noções de Estado.....	92
1.8 Noções de governo.....	93
2 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	94
2.1 Classificação.....	94
2.2 Princípios explícitos da Administração Pública.....	94
2.3 Princípios implícitos da Administração Pública	95
3 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	98
3.1 Classificação de Administração Pública	98
3.2 Organização da Administração.....	98
3.3 Administração Direta	98
3.4 Administração Indireta	99
4 ÓRGÃO PÚBLICO	103
4.1 Teorias	103
4.2 Características.....	103
4.3 Classificação.....	103
4.4 Estrutura.....	103
4.5 Atuação funcional/composição	104
4.6 Paraestatais	104
4.7 Organizações da Sociedade Civil (OSC).....	104
4.8 Organizações Não Governamentais (ONGs)	105
5 AGENTES PÚBLICOS.....	106
5.1 Conceito	106
5.2 Classificação.....	106
6 LEI Nº 8.112/1990 – REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA UNIÃO	107
6.1 Disposições preliminares	107
6.2 Provedimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição	107
6.3 Direitos e vantagens.....	112

Sumário

6.4 Regime disciplinar.....	122
6.5 Processo administrativo disciplinar	126
6.6 Seguridade social do servidor	130
6.7 Contratação temporária de excepcional interesse público	136
6.8 Disposições gerais.....	136
6.9 Disposições transitórias e finais	136
7 DEVERES E PODERES ADMINISTRATIVOS	137
7.1 Deveres.....	137
7.2 Poderes administrativos.....	137
8 ATO ADMINISTRATIVO	141
8.1 Conceito de ato administrativo	141
8.2 Elementos de validade do ato administrativo	141
8.3 Atributos do ato administrativo	141
8.4 Classificação dos atos administrativos	142
8.5 Extinção dos atos administrativos	144
9 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	145
9.1 Sujeitos.....	145
9.2 Regras gerais.....	145
9.3 Atos de improbidade administrativa.....	145
9.4 Efeitos da lei	146
9.5 Sanções	146
9.6 Prescrição	147
10 LEI Nº 14.133/2021 – NOVA LEI DE LICITAÇÕES	148
10.1 Aplicabilidade.....	148
10.2 Princípios	148
10.3 Objetivos da licitação	148
10.4 Fases da licitação	148
10.5 Modalidades de licitação	148
10.6 Critérios de julgamento.....	149
10.7 Inexigibilidade e dispensa de licitação – contratação direta	149
11 CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	152
11.1 Classificação.....	152
11.2 Controle administrativo	153
11.3 Controle legislativo	153
11.4 Controle judiciário.....	155

12 RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	156
12.1 Teoria do risco administrativo	156
12.2 Teoria da culpa administrativa.....	156
12.3 Teoria do risco integral	156
12.4 Danos decorrentes de obras públicas	156
12.5 Responsabilidade civil decorrente de atos legislativos.....	156
12.6 Responsabilidade civil decorrente de atos jurisdicionais.....	156
12.7 Ação de reparação de Danos	157
12.8 Ação regressiva.....	157
ÉTICA E CIDADANIA.....	158
1 ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO.....	159
1.1 Ética e moral.....	159
1.2 Ética: princípios e valores	160
1.3 Ética e democracia: exercício da cidadania	160
1.4 Ética e função pública	161
1.5 Código de Ética Profissional do Serviço Público (Decreto nº 1.171/1994).....	162
1.6 Decreto nº 6.029/2007.....	163
2 CÓDIGO DE CONDUTA DA ALTA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL	166
3 DECRETO Nº 9.203/2017 – POLÍTICA DE GOVERNANÇA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	168
3.1 Considerações gerais	168
3.2 diretrizes da governança pública	168
3.3 Mecanismos para o exercício da governança pública	168
4 LEI Nº 12.527/2011 – REGULA O ACESSO A INFORMAÇÕES	171
4.1 Introdução	171
4.2 Disposições gerais	171
4.3 Do acesso a informações e da sua divulgação.....	173
4.4 Do procedimento de acesso à informação - do pedido de acesso.....	174
4.5 Dos recursos.....	175
4.6 Das restrições de acesso à informação - disposições gerais.....	176
4.7 Da classificação da informação quanto ao grau e prazos de sigilo.....	176
4.8 Da proteção e do controle de informações sigilosas.....	177
4.9 Dos Procedimentos de Classificação, Reclassificação e Desclassificação	177
4.10 Das informações pessoais.....	178

Sumário

4.11 Das responsabilidades.....	179
4.12 Disposições finais e transitórias.....	180
5 DECRETO Nº 7.724/2012 - DISPOSIÇÕES GERAIS E ABRANGÊNCIA.....	181
5.1 Disposições gerais.....	181
5.2 Da abrangência.....	181
6 LEI Nº 12.813/2013 – CONFLITO DE INTERESSES NO PODER EXECUTIVO ...	182
6.1 Disposições gerais.....	182
6.2 Das situações que configuram conflito de interesses no exercício do cargo ou emprego.....	182
6.3 Das situações que configuram conflito de interesses após o exercício do cargo ou emprego.....	182
6.4 Da fiscalização e da avaliação do conflito de interesses.....	183
6.5 Disposições finais.....	183
7 DECRETO Nº 7.203/2010 – VEDAÇÃO DO NEPOTISMO.....	184
DIREITO PENAL.....	185
1 DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	186
1.1 Conceitos importantes.....	186
1.2 Características da lei penal.....	186
1.3 Classificação da lei penal.....	186
1.4 Princípios do Direito Penal.....	186
1.5 Classificação e estrutura da lei penal.....	190
1.6 Fontes do Direito Penal.....	191
1.7 Analogia.....	191
1.8 Interpretação de lei penal.....	192
1.9 Lei penal no tempo.....	192
1.10 Súmula nº 711 – STF.....	194
1.11 Lei penal no espaço.....	194
1.12 Extraterritorialidade da lei penal brasileira.....	195
1.13 Pena cumprida no estrangeiro.....	196
1.14 Eficácia de sentença estrangeira.....	196
1.15 Contagem de prazo.....	197
1.16 Frações não computáveis da pena.....	197
1.17 Conflito aparente de normas.....	197
2 TEORIA DO CRIME.....	199
2.1 Classificação de crimes e contravenções.....	199
2.2 Infração penal.....	199

2.3	Sujeitos	200
2.4	Critério de crime	200
2.5	Fato típico	201
2.6	Etapas da realização do delito – <i>iter criminis</i>	204
2.7	Situações que impedem a responsabilização do agente pelo resultado ...	204
2.8	Teoria do erro	205
2.9	Descriminantes putativas.....	207
2.10	Ilicitude.....	207
3	CULPABILIDADE	209
3.1	Elementos da culpabilidade	209
4	CONCURSO DE PESSOAS	212
4.1	Concurso de pessoas em crimes culposos	212
4.2	Crime omissivo	212
4.3	Punibilidade no concurso de pessoas.....	212
4.4	Comunicabilidade das circunstâncias, condições e elementares.....	213
4.5	Participação impunível	213
5	CRIMES CONTRA A PESSOA	214
5.1	Crimes contra vida	214
5.2	Lesões corporais	221
5.3	Rixa	227
5.4	Crimes contra a honra	227
5.5	Crimes contra a liberdade individual	229
6	CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO	237
6.1	Furto.....	237
6.2	Furto de coisa comum.....	239
6.3	Roubo e extorsão	240
6.4	Dano.....	243
6.5	Apropriação indébita	243
6.6	Estelionato e outras fraudes.....	244
6.7	Receptação	247
7	CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL	249
7.1	Crimes contra a liberdade sexual	249
7.2	Exposição da intimidade sexual.....	251
7.3	Crimes sexuais contra vulnerável	251

Sumário

7.4 Lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual	254
7.5 Ultraje público ao pudor	256
7.6 Disposições gerais	257
8 DOS CRIMES CONTRA INCOLUMIDADE PÚBLICA	258
8.1 Crimes de perigo comum	258
8.2 Crimes contra a segurança dos meios de comunicação e transporte e outros serviços públicos	262
8.3 Crimes contra saúde pública	265
9 CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA	272
9.1 Moeda falsa	272
9.2 Falsidade documental	273
9.3 Fraudes em certames de interesse público	277
DIREITO PROCESSUAL PENAL	279
1 INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL PENAL	280
1.1 Lei Processual Penal no espaço	280
1.2 Lei Processual Penal no tempo	280
1.3 Interpretação da Lei Processual Penal	280
2 INQUÉRITO POLICIAL	281
2.1 Conceito de inquérito policial	281
2.2 Natureza jurídica	281
2.3 Características do inquérito policial	281
2.4 Valor probatório do inquérito policial	282
2.5 Vícios	282
2.6 Procedimento investigatório face aos servidores vinculados aos órgãos da segurança da pública (art. 144, CF/1988)	282
2.7 Incomunicabilidade	283
2.8 Notícia crime	283
2.9 Prazos para conclusão do inquérito policial	283
3 AÇÃO PENAL	285
3.1 Condições da ação penal	285
3.2 Espécies de ação penal	285
3.3 Ação penal incondicionada	285
3.4 Princípios que regem a ação penal incondicionada	285
3.5 Ação penal pública condicionada	285
3.6 Ação penal privada exclusiva	286

3.7 Ação penal privada subsidiária da pública	286
3.8 Ação penal personalíssima	286
3.9 Denúncia e queixa.....	286
3.10 Acordo de não persecução penal.....	286
3.11 Da ação penal.....	287
4 PROVAS.....	290
4.1 Conceito	290
4.2 Cadeia de custódia	290
4.3 Classificação das provas.....	291
5 PRISÕES.....	294
5.1 Conceito	294
5.2 Espécies de prisão cautelar.....	294
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO	297
1 LEI Nº 9.503/1997 – CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO	298
1.1 Introdução do Código de Trânsito Brasileiro	298
1.2 Conceituação.....	298
1.3 Territorialidade.....	298
1.4 Sistema Nacional de Trânsito (SNT).....	299
2 NORMAS GERAIS DE CIRCULAÇÃO E CONDUTA.....	300
2.1 Circulação de veículo.....	300
2.2 Passagem em cruzamentos	300
2.3 Ultrapassagem	300
2.4 Manobras à esquerda, à direita e retornos	301
2.5 Uso de luzes.....	302
2.6 Uso de buzina	302
2.7 Limites de velocidades	303
2.8 Estacionamento, paradas e operações de carga e de descarga	304
2.9 Veículos de tração animal, propulsão humana, ciclos e motos.....	305
2.10 Classificação de vias	305
2.11 Uso do cinto de segurança.....	306
2.12 Regras para pedestres e condutores de veículos não motorizados...	307
3 SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	310
3.1 Princípios da sinalização	310
3.2 Sinalização vertical.....	310
3.3 Sinalização horizontal	317

Sumário

3.4 Dispositivos de sinalização auxiliar	318
3.5 Engenharia de Tráfego	321
4 VEÍCULOS.....	322
4.1 Classificação dos veículos	322
4.2 Identificação do veículo	325
4.3 Veículos em circulação internacional.....	326
4.4 Registro de veículos	326
4.5 Licenciamento	328
4.6 Condução de escolares.....	328
4.7 Condução de moto-frete	329
4.8 Habilitação	329
5 INFRAÇÕES	333
5.1 Dirigir, conduzir e transportar.....	333
6 PENALIDADES	343
7 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS	346
8 PROCESSO ADMINISTRATIVO.....	348
8.1 Julgamento das autuações e penalidades.....	348
9 CRIMES DE TRÂNSITO.....	350
9.1 Crimes em espécie	350
10 DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	353
10.1 Lei nº 13.103/2015.....	353
10.2 Resolução Contran nº 289/2008	353
DIREITOS HUMANOS	356
1 CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS.....	357
1.1 Contexto histórico	357
1.2 Redemocratização e tratados internacionais de Direitos Humanos	357
1.3 Localização dos Tratados Internacionais dos Direitos Humanos na Pirâmide de Hans Kelsen.....	357
1.4 Fases de incorporação	358
1.5 Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).....	358
1.6 Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José)	360
LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	362
1 LEI Nº 12.037/2009 - LEI DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL.....	363
1.1 Exclusão do banco de perfis genéticos	363
1.2 Banco nacional multibiométrico	363

2 LEI Nº 8.069/1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	365
2.1 Direito da criança e do adolescente	365
2.2 Fases do direito da criança e do adolescente	365
2.3 Conceito de criança e de adolescente	365
3 DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ECA.....	366
3.1 Direito à vida e à saúde.....	366
3.2 Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	366
3.3 Direito à convivência familiar.....	367
3.4 Direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	369
3.5 Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	369
4 DA PREVENÇÃO NO ECA	370
4.1 Prevenção especial referente à informação, à cultura, ao lazer, aos esportes, às diversões e aos espetáculos.....	370
4.2 Prevenção à venda de produtos e serviços.....	371
4.3 Autorização para viajar	371
5 POLÍTICA DE ATENDIMENTO E ENTIDADES DE ATENDIMENTO NO ECA.....	372
5.1 Entidades de atendimento.....	372
5.2 Fiscalização das entidades.....	373
6 MEDIDAS DE PROTEÇÃO NO ECA.....	374
6.1 Conceito e princípio	374
6.2 Medidas pertinentes aos pais e responsáveis.....	374
6.3 Ato Infracional.....	374
6.4 Garantias processuais	374
6.5 Medidas socioeducativas.....	375
6.6 Remissão.....	375
7 CONSELHO TUTELAR.....	376
8 JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	377
8.1 Competência da justiça da infância e da juventude	377
8.2 Procedimentos	377
9 RECURSOS NO ECA	379
10 MINISTÉRIO PÚBLICO, ADVOCACIA E TUTELA DE DIREITOS NO ECA	380
10.1 Ministério público	380
10.2 Advocacia.....	380
10.3 Tutela de direitos individuais, difusos e coletivos	380
10.4 Legitimidade.....	381
10.5 Competência	381

Sumário

11 CRIMES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS NO ECA.....	382
11.1 Crimes em espécie	382
11.2 Infrações administrativas	384
12 SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	386
12.1 Programas de atendimento.....	386
12.2 Programas de meio aberto.....	386
12.3 Programas em meio fechado.....	386
12.4 Execução das medidas socioeducativas.....	386
12.5 Plano individual de atendimento	387
12.6 Direito de visita a adolescente em unidade de internação	387
12.7 Extinção de medida socioeducativa.....	387
12.8 Regimes disciplinares	388
13 LEI Nº 9.099/1995 – JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS.....	389
13.1 Juizados Especiais Cíveis	389
13.2 Atos processuais.....	390
13.3 Juizados Especiais Criminais (JECRIM).....	392
14 LEI Nº 9.455/1997 – LEI DE TORTURA.....	396
14.1 Lesão corporal de natureza grave	397
14.2 Lesão corporal de natureza gravíssima	397
15 LEI Nº 9.605/1998 – CRIMES CONTRA O AMBIENTE.....	400
15.1 Apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime.....	400
15.2 Crimes contra o meio ambiente.....	400
15.3 Crimes contra a flora	403
15.4 Poluição e outros crimes ambientais.....	405
15.5 Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	407
15.6 Crimes contra a administração ambiental.....	408
16 LEI Nº 10.826/2003 - ESTATUTO DO DESARMAMENTO	409
16.1 Conceitos introdutórios	409
16.2 Dos crimes e das penas.....	414
17 LEI Nº 11.343/2006 - LEI DE DROGAS (SISNAD)	422
17.1 Sistema nacional de políticas públicas sobre drogas.....	422
17.2 Formulação das políticas sobre drogas.....	423
17.3 Atividades de prevenção do uso indevido, Fique ligado e reinserção social de usuários e dependentes de drogas	423
17.4 Repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas .	426
17.5 Cooperação internacional.....	430

18 LEI Nº 12.850/2013 – LEI DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA.....	431
18.1 Breve histórico da organização criminosa.....	431
18.2 Convenção de Palermo	431
18.3 Conceito de organização criminosa	431
18.4 Meios de obtenção de prova.....	433
18.5 Ação controlada	436
18.6 Infiltração de agentes	436
18.7 Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações ...	438
18.8 Crimes ocorridos na investigação e na obtenção da prova	438
19 LEI Nº 13.869/2019 – ABUSO DE AUTORIDADE.....	439
19.1 Aspectos gerais	439
19.2 Sujeitos do crime e características gerais.....	439
19.3 Bem jurídico e sujeito passivo	440
19.4 Elemento subjetivo	440
19.5 Ação penal e competência	440
19.6 Efeitos da condenação e penas restritivas de direitos.....	441
19.7 Sanções de natureza civil e administrativa	441
19.8 Divergência na interpretação de lei ou na avaliação de fatos e provas	442
19.9 Procedimento	442
19.10 Crimes em espécie.....	442
20 LEI Nº 7.102/1983 - LEI DE SEGURANÇA PRIVADA	453
20.1 Objetivo	453
20.2 Órgão competente.....	453
20.3 Estabelecimentos financeiros.....	453
20.4 Sistema de segurança.....	453
20.5 Vigilância ostensiva e transporte de valores.....	454
20.6 Seguro contra roubo e furto	455
20.7 Segurança privada.....	455
20.8 Vigilante	456
20.9 Armas	457
20.10 Medidas administrativas	458
20.11 Competências do Ministério da Justiça	458

Sumário

21 LEI Nº 10.357/2001 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS	460
21.1 Generalidades das infrações administrativas	462
21.2 Infrações administrativas em espécie	463
21.3 Taxa de controle e fiscalização de produtos químicos.....	463
21.4 Síntese.....	464
22 LEI Nº 10.446/2002 - INFRAÇÕES PENAIS DE REPERCUSSÃO INTERESTADUAL	467
QUESTÕES COMENTADAS.....	468